

O Itamaraty no Rio de Janeiro, através da Chefe do Escritório de Representação no Rio de Janeiro, Embaixadora Marcia Maro da Silva vem através do presente indicar ao EDITAL 01/2023 – “PRÊMIO MARCOS KONDER NETTO” do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro a arquiteta e urbanista **Cynthia Vanderlinde Tarrisse da Fontoura** na categoria trajetória profissional, considerando sua dedicação e compromisso com o processo de revitalização do Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Em 2005, ingressou na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, ocupando o cargo de Chefe do Escritório Técnico da Costa Verde - ETCV, permanecendo no cargo durante 6 anos. Apesar de ter ingressado no serviço público como efetiva, exerceu com dedicação e afinco as ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural fluminense, que puderam ser vivenciados e observados pelos gestores locais e população residente nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Neste período, a possibilidade de vivência da ação institucional local, constituiu-se como uma experiência extremamente desafiadora e instigante, o que exigia intensa articulação, dentre os muitos desafios, entre os instrumentos que compõem a ordem jurídico-urbanística municipal e a legislação que trata da preservação do patrimônio cultural.

Durante esse período, foram realizadas diversas ações no âmbito do Escritório Técnico onde a servidora atuou com a definição de escopo, elaboração de termos de referência e instrução dos processos licitatórios e a gestão do contrato com o acompanhamento e orientação constantes. Além das ações realizadas com recursos próprios do IPHAN, a arquiteta acompanhou propostas de intervenção das três igrejas matrizes da região com a análise, aprovação e acompanhamento das obras através da Lei de Incentivo à Cultura – PRONAC. Das atividades relatadas, durante esse período também atuou diretamente no licenciamento com a análise e aprovação de processos relacionados a área de abrangência, ressaltando o município de Paraty onde a área de abrangência do tombamento é o território municipal e por tal motivo demandou intensa relação os gestores municipais, estaduais e federais que atuam na região.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do ETCV, coordenou estão as ações voltadas para a elaboração de normas de preservação, tanto para o sítio urbano como o acompanhamento e elaboração dos estudos que subsidiaram as Normas para o Município de Paraty, coordenando o Grupo de Trabalho Interinstitucional e a minuta de Portaria com a Proposta de Novas Normas de Proteção para o Município Tombado de Paraty, 2009-11.

Cabe ainda mencionar as seguintes ações realizadas: Acompanhamento para orientação e fiscalização das Obras de Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, em Mangaratiba/RJ, 2009-10; Elaboração de Projeto Básico, Orientação e Acompanhamento do levantamento de dados para instruir Proposta de Tombamento para a Igreja Freguesia Santana e Antigo Aqueduto de Santana, em Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ, 2008-09; Elaboração de Projeto Básico, Orientação e Acompanhamento dos serviços de Inventário, levantamento histórico, análise geomorfológica, identificação e digitalização de dados sobre o Caminho Histórico de Mambucaba, que liga São José do Barreiro/SP a Mambucaba, em Angra dos Reis/RJ, 2008-09; Elaboração de Projeto Básico, Orientação e Acompanhamento dos serviços de Estudo de Potencial Arqueológico do Sítio Histórico e Arqueológico de Paraty-Mirim, em Paraty/RJ. 2008; Elaboração de Projetos Básicos, acompanhamento, orientação e fiscalização das Obras de Restauração do Sobrado do IPHAN, em Paraty/RJ, 2007, 2009, 2011;

Acompanhamento para orientação e fiscalização das Obras de Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, em Paraty/RJ, 2007-08, 2010-11; Elaboração de Projetos Básicos, acompanhamento, orientação e fiscalização das Obras de Restauração da Igreja Nossa Senhora das Dores, em Paraty/RJ, 2007, 2008 e 2010; Elaboração de Projetos Básicos, acompanhamento, orientação e fiscalização das Obras de Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Paraty-Mirim, Paraty/RJ, 2007e 2009; -Acompanhamento para orientação e fiscalização das Obras de Cabeamento Subterrâneo de Rede Elétrica e Nova Iluminação Pública do Bairro Histórico, em Paraty/RJ, projeto realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o IPHAN, a Prefeitura de Paraty, FURNAS Centrais Elétricas e AMPLA Energia e Serviços.

Em 2014, assumiu como servidora pública concursada, lotada na Superintendência do IPHAN no Acre. No IPHAN/AC, também como Chefe de Divisão Técnica atuou em processos relacionados ao patrimônio imaterial, arqueológico e com maior ênfase na preservação da Casa de Chico Mendes. Incluem-se, nesse momento de sua trajetória, trabalhos relevantes para o Patrimônio Histórico do Estado do Acre, tais como: a rerratificação de área de entorno do patrimônio edificado, e a realização de diagnóstico da área partindo da análise da relação entre a vegetação, o rio e as moradias, o que evidenciou características particulares das comunidades tradicionais ribeirinhas, associadas à memória do líder sindicalista. Estes trabalhos embasaram o projeto básico que suscitou a contratação para elaboração de projeto de requalificação urbanística e ambiental para a área situada no entorno do bem tombado. Além deste, acompanhou a contratação e

Em 2015, assumiu a Coordenação Técnica na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, passando a participar de diversos processos relacionados à gestão compartilhada da paisagem, como a Paisagem da Cidade do Rio de Janeiro e Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e a própria aplicação do instrumento de normatização elaborado para Paraty. Integrou o Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria IPHAN nºs 104/2017 e 228/2017), criado para analisar o conceito e o instrumento da Chancela da Paisagem, estabelecido pela Portaria IPHAN nº 127/2009, tendo como objetivo a redefinição das estratégias institucionais para a sua implementação. Coordenou Grupo de Trabalho de Revisão de Portarias no âmbito do IPHAN-RJ e da Instrução de Processos de Tombamento no âmbito do IPHAN-RJ; participou dos trabalhos de construção de Normativa para a Área de Entorno do Parque Nacional da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá e Plano de Gestão da Quinta da Boa Vista, Parque do Flamengo e Lagoa Rodrigo de Freitas. Acompanhou os trabalhos do Comitê Gestor do Sítio Patrimônio Mundial na Cidade do Rio de Janeiro. Participou do Comitê Gestor da Candidatura de Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade a Sítio Misto do Patrimônio Mundial, tendo recebido a missão dos avaliadores da UNESCO em 2018, obtendo êxito na titulação pretendida. Assumiu os encargos de substituta do Chefe do Escritório Técnico da Região dos Lagos, do Chefe do Escritório Técnico do Médio Vale Paraíba do Chefe do Escritório Técnico do Litoral Sul, da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, sem prejuízos das respectivas atribuições, 2019-20 e atuou na fiscalização de Convênio firmado com a Prefeitura de Paty de Alferes para a fiscalização das obras de restauração da Igreja Matriz.

Apesar de atuar desde 2005 como gestora na área do patrimônio cultural, inclusive com a construção de normativas, retornou a academia junto ao mestrado profissional em arquitetura paisagística que permitiu ampliar o olhar sobre a atuação profissional a partir da multidisciplinaridade e me auxiliou com o aporte teórico-metodológico para a reflexão sobre o trabalho que desenvolveu até então. Concluiu a dissertação intitulada: Ordenação Sistêmica da Paisagem Ordinária em Áreas de Excepcional Valor Cultural e Natural: Uma abordagem sobre a bacia litorânea do Município de Paraty/RJ, Ano de Obtenção: 2020. A construção da dissertação problematizando o instrumento normativo que participou ativamente e a aplicação da metodologia da ordenação sistêmica da paisagem (TARDIN, 2018) possibilitaram a aproximação à escala local e evidenciou que a maior parte dos instrumentos normativos atuais não apresentam todas as particularidades associadas a paisagem e que por este motivo culminam em atuações segmentadas.

A adoção da abordagem sistêmica permitiu identificar os pontos de convergência e conseqüentemente a criação de canais de diálogo entre a população e os gestores de maneira a contribuir com a elaboração de normativas a partir da participação popular e que considerem as especificidades de cada local, de maneira a redimensionar as áreas de expansão urbana considerando as dinâmicas da paisagem. A partir dos dados obtidos, encaminhou o trabalho como subsídio para o processo de revisão normativas do IPHAN em Paraty recentemente contratada em 2023 pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Desse modo, colaborou com a construção de normativas mais assertivas para o planejamento, considerando o desenvolvimento sustentável e esperando contribuir para a reflexão em relação às políticas públicas de ordenação da paisagem e de preservação do patrimônio cultural e natural a partir de um olhar mais integrado e participativo.

Em 2020, a servidora foi cedida pelo IPHAN ao Ministério das Relações Exteriores para atuar como Gestora da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério das Relações Exteriores, por meio do ERERIO e o Instituto Pedra visando a execução de projetos para preservação do patrimônio cultural e histórico do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro e dos acervos do Museu Histórico e Diplomático, da Biblioteca, da Mapoteca e do Arquivo Histórico do Ministério. Considerando a trajetória profissional da servidora, tem se dedicado a ações para efetivação do projeto de conservação, restauração e gestão do Complexo do Itamaraty, de maneira a contribuir para a salvaguarda deste conjunto de grande relevância para o patrimônio cultural brasileiro.

O Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro ocupa uma área de aproximadamente 2.975m<sup>2</sup>, com cinco grandes edificações erigidas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: o Palácio Itamaraty e o prédio das Cavalariças, que datam da segunda metade do século XIX; o Prédio da Administração, do início do século XX e o Prédio da Biblioteca, erigido entre as décadas de 1920 e 1930. O acervo do Museu Histórico Diplomático com cerca de 4000 peças, destaque para pintores e estilos que perpassam os séculos XVI ao XX, como Antônio Parreiras, Rodolfo Amoedo e o francês Jean-Baptiste Debret. Além disso, peças de diversas procedências constituem o acervo mobiliário nos estilos Luiz XV, Regência, Neoclássico e Luso-brasileiro, bem como tapeçarias, bustos, esculturas e outros objetos de valor artístico e histórico que pertenceram à antiga sede da chancelaria brasileira. A Biblioteca, ocupa uma área aproximada de 773m<sup>2</sup> e armazena atualmente cerca de 150

mil publicações, datadas do século XV ao século XXI, ou seja, 500 anos de informação e conhecimento em suporte bibliográfico. A Mapoteca, que armazena os acervos cartográficos e iconográficos do Itamaraty, ocupa uma área aproximada de 406m<sup>2</sup> e armazena cerca de 30 mil mapas e 20 mil registros fotográficos. O Arquivo, com aproximadamente 794 m<sup>2</sup>, custodia em torno de 2.800 metros lineares de documentos textuais, abrangendo um arco temporal entre os séculos XVI ao XX.

A diversidade de funções do complexo, de seus acervos e edifícios representam um desafio no sentido de garantir condições adequadas de funcionalidade, sustentabilidade, conforto ambiental e preservação, implicando na adoção de uma perspectiva de revitalização que se desenvolva segundo um processo integral. Compreender as intercessões existentes entre a arquitetura e os acervos exige ir além da materialidade do edificado e perpassar os valores associados aos bens ali acondicionados. À luz desta perspectiva sistêmica, a recuperação e a revitalização do Complexo vêm sendo construídas com a cooperação de profissionais e instituições parceiras, dedicados a criar processos integrados e inovadores que lhes permitam atuar de forma eficaz e dinâmica, desenvolvendo soluções sustentáveis diante dos impasses surgidos. Mais que diferentes olhares, o processo conta com a ação de distintas mãos.

A solução encontrada para viabilizar esta forma de trabalho foi, de um lado, estabelecer, por meio de processo seletivo, um Acordo de Cooperação entre MRE/ERERIO e o Instituto Pedra, uma organização não governamental especializada em desenvolver, utilizando recursos privados, projetos e ações de preservação e, por outro, viabilizar, do lado governamental, a alocação de uma equipe técnica com expertise nas áreas de abrangência do projeto de revitalização. Esta equipe foi composta sobretudo por servidores públicos cedidos por outras instituições e contemplou especialistas de áreas que o ERERIO não detinha: conservação arquitetônica, museologia e, no caso da gestão dos acervos. A necessidade de uma abordagem que levasse em conta tanto os edifícios em seus aspectos físicos-estruturais, quanto os diferentes acervos neles depositados, fez com que este se tornasse um esforço de várias mãos.

O Instituto Pedra contratou a consultoria de uma gama de profissionais e empresas com expertise nas diversas disciplinas do projeto e, desde, cada um dos diagnósticos setoriais o trabalho contou com a participação efetiva dos profissionais que atuam em cada um dos setores do ERERIO, método que prosseguiu ao longo de todas as fases, inclusive na compatibilização com os demais projetos em curso no Complexo. O acompanhamento do projeto global se deu pela área de arquitetura, através da servidora **Cynthia Vanderlinde Tarrisse da Fontoura**, com relevante apoio do setor de manutenção do ERERIO que detém grande conhecimento sobre as infraestruturas existentes e a ocorrência de patologias, além da participação constante da equipe interdisciplinar responsável pelos acervos. A partir dos projetos de arquitetura desenvolvidos pelo Instituto Pedra e a partir das diversas fontes de financiamento para a realização de obras e tratamento de acervos, a servidora indicada tem sido peça chave na gestão dos projetos, definição de estratégias e viabilização da execução dos recursos federais que no presente ano totalizam aproximadamente 40 milhões de reais, seja de recursos próprios do MRE ou de emendas parlamentares.

Dentre os projetos ora em curso entende-se relevante mencionar a execução dos seguintes processos licitatórios realizados com base na RRT n° 10151969 de Cargo e Função da servidora indicada : Serviços de Assessoria, Consultoria, Compatibilização e Auxílio na Fiscalização e na Supervisão em Arquitetura e Engenharia no Complexo do

Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro - R\$ 917.097,30; Serviços de restauração das coberturas, varandas e sacadas; implementação do sistema de climatização; readequação das instalações hidrossanitárias e restauração artística do Gabinete do Barão do Rio Branco e do Salão de Banquete do Palácio do Itamaraty e reforma da laje da cobertura da Biblioteca - R\$ 11.804.478,70; Reforma do Edifício Niterói no âmbito do processo de revitalização do Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro - R\$ 14.287.370,30; Elaboração de plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda e emergência do Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro - \$ 300.000,00; Reforma dos banheiros e copa do Edifício da Biblioteca, Mapoteca e Arquivo – BMA e banheiro masculino do ERERIO integrantes do Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro - R\$ 2.090.312,66; Serviço de instalação com aquisição de elevadores, esquadrias e revestimentos para o Edifício das Cavalariças integrante do Complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro - R\$ 4.011.528,86;

As iniciativas levadas a cabo no sentido de revitalizar o MHD e seu entorno colocam em pauta novas possibilidades quanto ao modelo de gestão a ser adotado, equação que deve envolver a utilização dos terrenos ociosos situados junto à Rua Senador Pompeu, de forma que estes passem a contribuir para a sustentabilidade do complexo a longo prazo. Nesse contexto a servidora iniciou processo de regularização fundiária junto ao SPU e tem equacionado todas as questões relacionadas ao tema no âmbito de sua atuação, que culminará na possibilidade em se firmar contrato entre o MRE e o BNDES para a elaboração do plano de concessão que visa propor alternativas para concessão/uso dos ativos do Itamaraty possibilitando seu aproveitamento econômico e apoiando a sustentabilidade do complexo.

Em virtude das atribuições funcionais pela servidora desempenhadas, a responsabilidade técnica da execução orçamentária e a prática do trabalho institucional na gestão que tem sido desempenhado entendemos relevante a trajetória profissional da arquiteta **Cynthia Vanderlinde Tarrisse da Fontoura** considerando a relevante colaboração para a preservação do patrimônio cultural e a memória brasileira.



# DIPLOMACIA E HISTÓRIA

## Palácio Itamaraty passa por reformas para atrair mais público e abrigar reuniões do G20

THAYNA RODRIGUES  
[thayna.rodriques@oglobo.com.br](mailto:thayna.rodriques@oglobo.com.br)

**P**erto da Central do Brasil, na Avenida Marechal Floriano, onde o vaivém de milhares de pessoas acelera o coração do Centro do Rio, está um dos maiores museus históricos diplomáticos do mundo, o Palácio Itamaraty, com mais de 140 mil itens e documentos raros, como o primeiro mapa-múndi com o nome do Brasil, de 1512.

Construído em 1855 e tombado em 1938, a primeira sede do Poder Executivo nacional será revitalizada e ganhará anexos contemporâneos como loja e café para atrair mais público. Outra novidade é que o espaço principal abrigará reuniões do G20, encontro de chefes de estado e de governo, em novembro de 2024.

— É um resgate da memória, do patrimônio. Vai ter a reforma física dos edifícios, e a apresentação de um museu mais moderno. Ao mesmo tempo, tratamos de um acervo importante da nossa formação como nação, que é fundamental e que deve ser colocado à disposição do grande público — diz Márcia Maro da Silva, embaixadora-chefe do escritório do Ministério das Relações Ex-



FOY/DE HERMES PEREIRA

— A obra do Palácio que vai ficar pronta para o G20 é recurso de emenda parlamentar; as melhorias do edifício da cavalaria são de recurso da Itaipu Binacional. O dinheiro do BNDES será usado no sistema de prevenção e combate a incêndio e no tratamento de acervos documentais (bibliográficos, arquivísticos e mais) — explica Cynthia Tarrisse, arquiteta do Palácio Itamaraty do Rio.

### PONTO DE CULTURA

O Palácio Itamaraty também guarda achados recentes que contam parte da história. São peças encontradas em escavações arqueológicas durante obras no Centro. Há, por exemplo, objetos de pessoas escravizadas que estavam na região da Pequena África. Eles serão disponibilizados ao público, como já estão documentos diplomáticos como os da coleção do Barão do Rio Branco, as cartas de Dom João VI a Dom Pedro I, registros do tratado de delimitação do Acre e papéis que registram as violências pelas quais passaram as pessoas que foram sequestradas e chegaram ao país em navios.

Frederico Ferreira, historiador e chefe do Arquivo Histórico do Itamaraty, explica a origem de cartas que têm até

questuradas e chegaram ao país em navios.

Frederico Ferreira, historiador e chefe do Arquivo Histórico do Itamaraty, explica a origem de cartas que têm até nome das pessoas escravizadas e suas características: — No século XIX, havia uma espécie de tribunal que julgava os navios negreiros aprisionados no Atlântico. Era a chamada Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha de Combate à Escravidão. Nós temos os processos do aprisionamento dos navios que foram julgados em Serra Leoa e trazidos para o Brasil. É uma documentação pouco conhecida, guardada no Itamaraty, e mostra o peso da escravidão na história e até nas relações institucionais. É uma história nefasta que precisa ser conhecida para não ser reproduzida.

questuradas e chegaram ao país em navios.

Frederico Ferreira, historiador e chefe do Arquivo Histórico do Itamaraty, explica a origem de cartas que têm até nome das pessoas escravizadas e suas características:

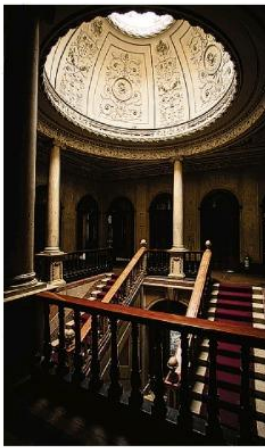
— No século XIX, havia uma espécie de tribunal que julgava os navios negreiros aprisionados no Atlântico. Era a chamada Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha de Combate à Escravidão. Nós temos os processos do aprisionamento dos navios que foram julgados em Serra Leoa e trazidos para o Brasil. É uma documentação pouco conhecida, guardada no Itamaraty, e mostra o peso da escravidão na história e até nas relações institucionais. É uma história nefasta que precisa ser conhecida para não ser reproduzida.

### MAIOR DA AMÉRICA LATINA

Lucas Figueiredo, responsável pelo setor da mapoteca histórica, lembra que o acervo começou em 1843 num acordo luso-brasileiro de troca de documentos entre Brasil e Portugal. Na época, o Itamaraty era a Secretaria de Negócios Estrangeiros. Isso servia de insumo para as tratativas e negociações de território:

— Por conta disso, temos todo esse conjunto documental. Há desde doações de diplomatas, como o Barão do Rio Branco, a aquisições do próprio ministério. São cerca de 30 mil documentos cartográficos e iconográficos no acervo, o que faz dele o maior da América Latina.

A expectativa é que todo o complexo do Palácio Itamaraty esteja pronto em três anos. Algumas partes, no entanto, serão entregues a tempo das reuniões do G20.



**Raridades.** A beleza da biblioteca (acima) e o palácio (à esquerda), onde serão as reuniões do G20. E documentos históricos, como a lista de escravos e o mapa-múndi



### UNIÃO DE RECURSOS

Além do edital aprovado pelo BNDES, há outras fontes de recursos que estão sendo aplicados no Itamaraty, somando um total de R\$ 33,2 milhões. A verba, obtida via Lei de Incentivo à Cultura, vem da Vale, da Itaipu Binacional e de outras parceiras, além de uma parte ser do próprio Ministério das Relações Exteriores. Selecionado em novembro de 2021 no edital Resgatando a História, o projeto será executado pelo Instituto Pedra.



## Paraty e Ilha Grande (RJ) recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco

publicada em 04 de julho de 2019, às 13h49



*Local é o primeiro sítio misto do Brasil, reconhecido por cultura e natureza*

O Brasil acaba de receber mais um título de Patrimônio Mundial. Paraty e Ilha Grande (RJ) foram reconhecidos nesta sexta-feira, 05 de julho, pelo Comitê da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), durante reunião em Baku, Azerbaijão. Agora, são 22 bens brasileiros na lista de sítios de excepcional valor universal.

O local é o primeiro bem brasileiro inscrito na categoria de sítio misto, ou seja, cultural e natural. Abrange um território de quase 149 mil hectares, em que o centro histórico se cerca de quatro áreas de conservação ambiental. Ali estão o Parque Nacional da Serra da Bocaina; o Parque Estadual da Ilha Grande; a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul; e a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Sua área de entorno, com mais de 407 mil hectares, possui 187 ilhas, grande parte coberta de vegetação primária, onde salta aos olhos rica diversidade marinha.

"Nós, orgulhosamente, voltamos para casa com esse título na bagagem. Em Paraty e Ilha Grande, uma área com diversas reservas ecológicas, vemos de maneira excepcional e única uma conjunção de beleza natural, biodiversidade ímpar, manifestações culturais, um conjunto histórico preservado, e testemunhos arqueológicos importantes para a compreensão da evolução da humanidade no planeta Terra", comemora a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Kátia Bogéa, de Baku.

Para o ministro da Cidadania Osmar Terra, a conquista é uma grande honra. "Estou muito feliz com a escolha de Paraty e Ilha Grande como Patrimônio Mundial. É um reconhecimento à nossa história e ao parque ecológico que fica em torno da cidade e que tem um enorme valor para o Brasil. Com esse reconhecimento da Unesco, pessoas do mundo inteiro devem vir conhecer, o que é excelente para o turismo da região". O secretário especial da Cultura Henrique Pires, em missão no Azerbaijão, destaca o que o reconhecimento representa. "Este título dá a Paraty e Ilha Grande uma enorme responsabilidade. Será necessário cumprir uma série de requisitos para que o tombamento permaneça e isso é muito bom para a preservação do local, que por sinal é o primeiro sítio misto do Brasil, Patrimônio tanto Cultural quanto Natural".



# TurisAngra entrega três igrejas reformadas

**A** TurisAngra entregou neste final de semana, três igrejas reformadas. A Igreja da Lapa, da comunidade de Praia Grande de Araçatiba, na Ilha Grande, foi reformada totalmente pela Prefeitura e as obras de reforma da Ermida do Senhor do Bonfim e da Igreja Santa Luzia foram realizadas em parceria com o IPHAN, que utilizou recursos do PAC das Cidades Históricas, do governo federal.

**Duas delas tiveram suas obras feitas em parceria com o IPHAN**

catiba, Frei Luís é o responsável, estando à disposição da comunidade uma quinta-feira por mês.

**Igrejinha do Bonfim é reaberta aos fiéis**

No dia seguinte (Dia do Trabalhador), a TurisAngra e o IPHAN entregaram a Ermida do Senhor do Bonfim reformada. Lá foram realizadas obras de reforma do telhado e fôrro, reforma do alpendre e de sua colunas, além da recuperação de sua iluminação e da pintura interna e externa, incluindo as janelas. A entrega da igreja aconteceu na parte da manhã e fez parte da programação dos festejos em homenagem ao Senhor do Bonfim, comemorado pela comunidade com atividades na sexta-feira, sábado e domingo - dia da entrega.

A pequena ilha localizada em frente ao bairro e que abriga a Ermida, ficou lotada de fiéis que foram prestigiar a festa.

A coordenadora do Escritório Técnico do IPHAN na Costa Verde, Cintia Torres Fontoura, que estava acompanhada de seu marido, o secretário de Desenvolvimento Urbano de Paraty, Marcos Florio, falou da luta pelas recursos para a reforma da Igreja.

"Há muito tempo lutávamos para conseguir recursos e em 2010 e 2011 conseguimos, através do programa PAC das cidades históricas, do governo federal, recuperar esta beleza de igreja. Hoje é realizado um dia de especial e de comemoração e gostaria de parabenizar a todos aqui presentes", salientou Cintia.

**Igreja de Santa Luzia também foi reformada**

Na parte da tarde, a Igreja de Santa Luzia também foi entregue à comunidade católica. A unidade teve seu telhado totalmente reformado com troca de todas as telhas, da madeira e do fôrro. Além disso, foi realizada a pintura interna e externa do prédio. Esta obra também foi feita em uma parceria entre TurisAngra e IPHAN, com recursos do PAC das Cidades Históricas.



Na Igreja do Bonfim, Alonzo de Oliveira, Cintia do Iphan, Tiê Brasil e Alexandre Bittencourt, coordenador da Igreja do Bonfim. No detalhe, a Igreja Nossa Senhora da Lapa, em Araçatiba

**Araçatiba comemorou reforma da igreja**

A primeira igreja a ser entregue foi a da Lapa, em Araçatiba, Ilha Grande, no sábado, dia 30. A comunidade realizou uma série de atividades em homenagem a São Benedito, que incluem missa solene, leilão, procissão e fôrro. A referida igreja teve seu telhado e fôrro trocados, além de ter sido feita a reforma da parte elétrica e a pintura interna e externa do prédio. A comunidade católica da localidade estava radiante de felicidade, pois comemorava duas conquistas: a reforma de sua igreja e a criação da Paróquia de São Sebastião, que possibilitou a vinda de padres para atender a Ilha Grande. Em Araçatiba, Frei Luís é o responsável, estando à disposição da comunidade uma quinta-feira por mês.



# Restauração da Capelinha das

Fotos: Jorge Negrão



Chamada de Capela das Dores ou Capelinha foi construída em 1800 pelo Padre Antonio Xavier da Silva Braga e algumas devotas. Foi a capela da moda no tempo do Império, por ser a mais nova. Em 1901 foi quase totalmente reformada pelo Padre João César Iera. A Irmandade de Nossa Senhora das Dores foi criada no mesmo ano, por provisão do Bispo de Petrópolis, e só permitia a admissão de mulheres. Debe fachada assimétrica ao gosto do século XVIII e seus altares são dedicados a N.ª Sr.ª Das Dores, N.ª Sr.ª Da Piedad e Senhor Bom Jesus.

Merecem especial atenção o retilhado das sacadas internas e o cemitério em estilo de Columbiano (com túmulos embutidos), que circunda o pátio interno.

A torre desta igreja tem sobre a cúpula, um galo mirador de ventos.

Hoje, segundo projetos, seguindo orientação e com recursos financeiros do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - foi realizado o restauro artístico dos elementos integrados deste monumento. As demais reformas foram executadas pela paróquia com a doação de Alexandre (Xandy) e Vera Negrão, sob a fiscalização do IPHAN.

A recuperação deste monumento, que representa um importante momento da vida religiosa da comunidade paratiense, desde o século XVIII até os dias de hoje, garantiu a permanência do seu uso por mais alguns séculos, para que os cerimoniais litúrgicos continuem sendo um referencial em nossa Paróquia.

A Capelinha ficou linda e o que mais nos deixa feliz é que a restauração foi feita por gente nossa, o pessoal da Rocarium de Paraty Restauração.

A cerimônia de inauguração contou com a presença dos Padres Roberto, Milton, Gilberto, o Bispo D. José Ubiratan Lopes, prefeito Zezé Porto, vice Valdeir Ramiro e Cynthia Terras, do IPHAN, que falou sobre o "Projeto de Luminotécnica e Restauração Interna da Igreja Mãe de Nossa Senhora das Dores". "...Trata-se de obras de contribuição das ações do restauro da Igreja de Nossa Senhora das Dores, localizada no Centro Histórico de Paraty. A primeira etapa em 2004 abrangeu a recuperação da cobertura, desinfiltração do bem, substituição das peças do piso que estavam danificadas, a recuperação das esquadrias e nichos em alvenaria existentes nas paredes, além da recuperação da estrutura de todos os retábulos e bens integrados. No decorrer dos trabalhos, foram realizadas prospecções estratigráficas nas esquadrias e nos elementos integrados à arquitetura, tendo sido identificadas as tonalidades originais destas peças até então cobertas por tinta branca. Após a conclusão da 1ª etapa, a arquiteta Ana Lucia Gonçalves elaborou o projeto de luminotécnica do monumento, sendo as luminárias realizadas pela paróquia. Após o início dos trabalhos de limpeza e instalação das luminárias realizadas pela paróquia. Após o início dos serviços de decapagem das cinzas superficiais de tinta, colocadas posteriormente sobre os retábulos e elementos integrados, pode-se observar com maior clareza os tons esverdeados que foram revelados nas janelas estratigráficas que compõem com suas características de capela à beira mar. Foram realizados pelo IPHAN os serviços de restauração de três retábulos e suas respectivas mesas, sendo o retábulo mor o dote retábulos laterais, um púlpito, arco cruzado, grade de comunhão, guarda corpo do coro, paravento, quatro tribunas, candelas penduradas da nave e capela mor e locheiro, séculos XVIII / XIX da capela mor em madeira polícromada e dourada, e confecção de um correspondente formando o paz. Foi realizada ainda a recuperação das esquadrias pela paróquia, respeitando as cores originais das madeiras. Com a reabertura da igreja para o uso da comunidade estaremos salvaguardando o imóvel e permitindo a identificação da população local com sua história e simbolismo do monumento.





PARATY SE ESCRIBE COM Y • Continuação da página 1

# O desafio de conciliar turismo e preservação

Maioria das casas e sobrados custa de R\$ 1 milhão a R\$ 3 milhões. Donos, em geral, são herdeiros ou estrangeiros

Não bastasse a escuridão produzida por mais uma queda de energia elétrica, coisa comum na época, foi pelo mar que, naquela noite, o visitante chegou a Paraty. Nas calçadas, ele via um ou outro candeeiro aceso. Dos bares e restaurantes, a fraca iluminação de velas e lâmpadas. Tudo abraçado por construções de séculos anteriores.

— De repente, voltei 200 anos no tempo — diz Michael Bryant, inglês radicado no Brasil, ao descrever a experiência que teve quando conheceu a cidade, em fins da década de 1970. — Depois disso, já estive lá umas dez vezes.

É o tal passado que não sai do presente. Tombada, desde 1958, pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e candidata a patrimônio mundial da Unesco, Paraty não tem o rebuscamento do barroco e suas construções não se valem de materiais nobres como as do neoclássico. Mas, abrigada por mar e montanhas, abusa de uma lúdica arquitetura colonial, de traçado simples e elementos brutos.

— Perfeita, em outras palavras — define a inglesa Liz Calder, criadora da Festa Literária de Paraty, ao listar as inúmeras qualidades que fazem da cidade o espaço ideal para se festejar a literatura.

— Não saímos à procura de um local. Paraty estava lá. Liz está entre os que procuram garantir, através da cultura, um padrão de desenvolvimento sustentável para a cidade, como acentuou em entrevista ao GLOBO por e-mail.

— Não saímos à procura de um local. Paraty estava lá, esperando. E, sim, procuramos ajudar Paraty a se desenvolver de uma forma sustentável, que



Fotos de Márcia Foleto

A ÁGUA, que na maré cheia entra nas ruas da cidade próximas ao mar (fazendo a alegria dos fotógrafos), hoje leva mais tempo para recuar



Puro engano: um corredor interno, que liga a fachada ao pátio interno, propicia a ventilação natural do imóvel.

A escheira do escritório do Iphan não se furta em opinar sobre uma questão controversa, que separa ambientalistas e defensores do patrimônio histórico: o mangue da Terra Nova, formado a partir do assoreamento do Rio Perequê-Açu, que teve sua foz natural deslocada no início do século XVIII, para facilitar o abastecimento d'água da cidade. Associado à construção de um cais de pedra, o assoreamento da área fronteira ao Centro Histórico se intensificou.

— Os detritos vêm sendo depositados ao longo do rio e param no cais de pedra. Ali é uma bela superbrigada, então, na origem, o lugar pode, sim, ter tido um mangue. Mas, na referência da construção dessa cidade colonial, não existia esse manguezal, que está crescendo em frente ao bairro histórico. E Paraty é Paraty, por conta desse bairro — opina Cynthia, contrariando ambientalistas, para quem, dragar o mangue é agredir a natureza.

**Direção da Flip achou que Paraty (sic) seria moderno**

Mas nem manguezal, chão desnivelado ou rede de esgoto clandestina inibem a sedução que a cidade provoca. Tanto que as construções do Centro Histórico não param de se valorizar. Segundo corretores, as casas térreas não saem hoje por menos de R\$ 1 milhão, enquanto os sobrados, dependendo do estado de conservação, custam entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões.

— O paratiense hoje não compra uma casa ali. Os proprietários da maioria delas são

25 de setembro a 1 de outubro de 2012



JORNAL DE PARATY. Acesse o site: [www.jornaldeparaty.com.br](http://www.jornaldeparaty.com.br)

7

## Portaria do IPHAN define regras para obras em Paraty



Fotos: Jorgelina Miguel



Já existe uma legislação que regulamenta intervenções que venham a ser realizadas em todo o município de Paraty, todavia, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Paraty) publicou no Diário Oficial (14.09) uma portaria que se estabelece critérios e procedimentos que visam (na ótica do Instituto) a preservação do patrimônio artístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico do nosso município, que é o único do Brasil tombado integralmente pelo IPHAN.

A portaria é o resultado de um trabalho que teve início em 2009 a partir da formação de um grupo de trabalho de revisão de normas, que teve, além do Instituto, representantes da sociedade civil organizada, ICMBio (Instituto Chico Mendes), Prefeitura Municipal, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Paraty - AEAP, e com esta nova regulamentação, qualquer intervenção do poder público e iniciativa privada a ser realizada no sítio tombado, dependerá de prévia autorização do IPHAN, que na verdade já vem acontecendo há muito tempo para o bem e para o mal.

Os principais objetivos da nova legislação são garantir a preservação e conservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty e a paisagem de todo o nosso município, garantindo a integridade e visibilidade do Centro Histórico, e certamente vai ficar mais fácil o licenciamento para a recuperação do calçamento de pedras do Centro Histórico.

Outro objetivo é incentivar o aproveitamento racional do território urbano e rural de seus recursos naturais e paisagísticos, além de orientar o processo de ocupação das diferentes áreas geográficas do sítio tombado, condicionando-o a critérios de preservação e conservação da paisagem e proteção do patrimônio cultural e natural, tomando mais eficazes os instrumentos de gestão da cidade.

A nova legislação contempla ainda a utilização dos chamados territórios tradicionais, no caso, os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais.

